

---

# **O CAMPESINATO PERSISTE, RESISTE E RAMIFICA-SE – O CASO DAS (OS) COLONHEIRAS (OS) DO BUJARI NA AMAZÔNIA ACREANA**

## **THE PEASANT PERSISTS, RESISTS AND BRANCHES - THE CASE OF THE PEASANTS IN BUJARI FROM THE ACREANA AMAZON**

Rogério Nogueira de Mesquita<sup>1</sup>  
Maria das Graças Silva Nascimento Silva<sup>2</sup>  
Amilton José Freire de Queiroz<sup>3</sup>

---

**RESUMO:** Este trabalho é resultado de informações coletadas para uma pesquisa de mestrado realizada no decorrer dos anos de 2017 e 2018, onde se buscou investigar as relações de gênero e poder dentro dos Projetos de Assentamentos Rurais Espinhara II e Antônio de Holanda no município de Bujari, estado do Acre. No decorrer da trajetória de pesquisa de campo, ao entrevistar mulheres desses PAs, surgiu, com bastante frequência, o termo colonheiro (a). A partir de então, percebemos que tal expressão não se tratava de um termo qualquer, mas de algo que era intimamente ligado à identidade das comunidades ali estudadas. Desse modo, para discutir as questões do campesinato enquanto categoria social que vem sofrendo algumas modificações no tempo e no espaço, trazemos para o palco das discussões os (as) autores (as) (Karl Kautsky (1899 – 1972), Alexander Chayanov (1974), Silvio Simione da Silva (2005 – 2011), Maria José Carneiro (1997) e Margarida Maria Moura (1986)). O objetivo é problematizar, mostrando através dos diferentes ponto de vista que o campesinato continua vivo e pode ser identificado através de suas novas configurações.

**Palavras-chave:** Campesinato. Identidade Colonheira. Amazônia Acreana.

**ABSTRACT:** This work is the result of information collected for a master's research carried out during 2017 and 2018, where we sought to investigate the gender and power

---

1 Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero - GEPGÊNERO. E-mail: rogerio\_vitorioso@yahoo.com.br.

2 Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Pós-Doutorado em Geografia Humana na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO. E-mail: gracinhageo@hotmail.com.

3 Professor EBTT do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre. Pós-Doutorado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela UFMG. Doutor em Letras (Estudos de Literatura - Literatura Comparada), pela UFRGS. Líder e Pesquisador do Grupo Amazônico de Estudos da Linguagem – GAEL. E-mail: amiltqueiroz@hotmail.com.

Artigo recebido em março de 2020 e aceito para publicação em setembro de 2020.

relations within the Rural Settlement Projects Espinhara II and Antônio de Holanda in the city of Bujari, state of Acre. During the field research, when interviewing women from these Rural Settlements (Pas), the term peasant appeared quite frequently. From that on, we realized that this expression was not just any term, but something that was closely related to the identity of the communities studied there. Also, to discuss the issues of the peasantry as a social category that has been undergoing some changes in time and space, we brought some authors - (Karl Kautsky (1899 - 1972), Alexander Chayanov (1974), Silvio Simione da Silva (2005 - 2011), Maria José Carneiro (1997) and Margarida Maria Moura (1986) - to the stage of discussions. The objective is to problematize, showing through different points of view that the peasantry is still alive and can be identified through their new settings.

**Keywords:** Peasantry. Peasant Identity. Acreana Amazon.

## INTRODUÇÃO

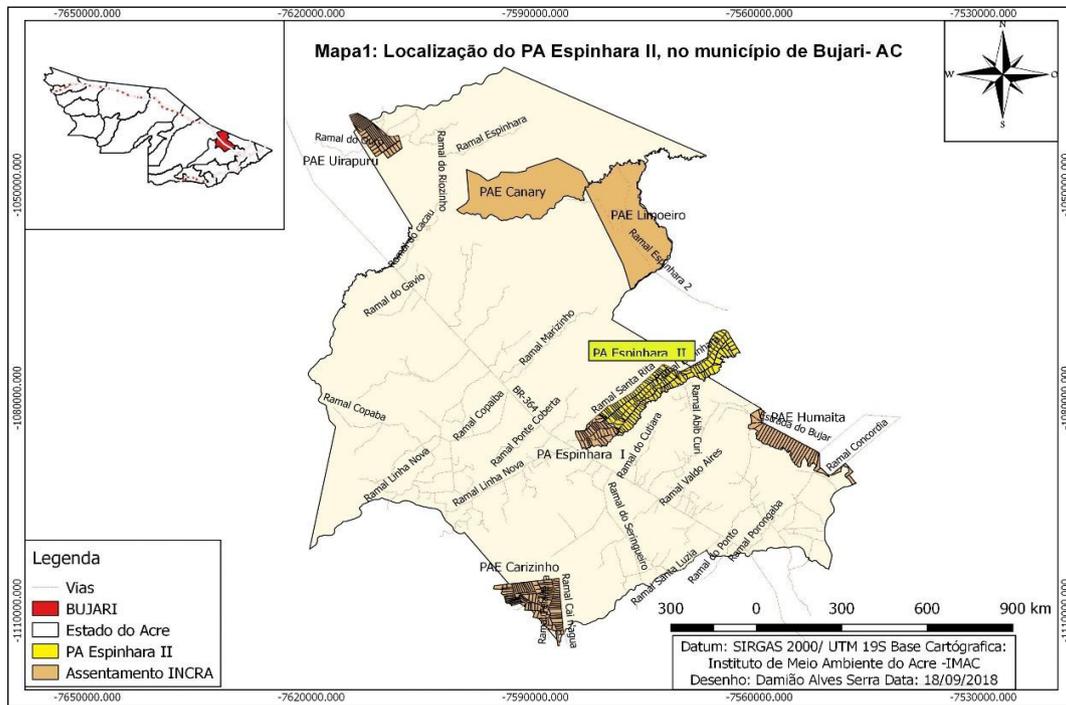
Esse trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado, desenvolvida no município de Bujari estado do Acre, nos anos de 2017 a 2018. Na oportunidade, investigávamos como eram configuradas as relações de gênero e poder nos Projetos de Assentamentos Rurais (PAs)<sup>4</sup> Espinhara II e Antônio de Holanda. O recorte de estudo incidia sobre as mulheres camponesas, buscando compreender a questão da autossustentação familiar. Ao entrevistarmos as mulheres desses PAs, surgiu, com bastante frequência, o uso do termo colonheiro (a). A partir de então, percebemos que tal expressão não se tratava de um termo qualquer, mas de uma palavra carregada de significado para aquelas pessoas. Algo que era intimamente ligado à identidade das comunidades ali estudadas. Para realizar maior detalhamento, faz-se necessário fazer uma breve caracterização da área onde realizamos as atividades de campo.

O PA Espinha II conforme evidenciado na Figura 1, é um dos assentamentos rurais estudados. Este, por sua vez, possui cerca de 23 anos. Foi regulamentado pela Portaria nº 052 de março de 1997/INCRA, estando localizado no município de Bujari no Estado do Acre, distante cerca de 62 km da capital acreana (Rio Branco).

O PA ocupa uma área de 6.341 hectares, sendo originário do antigo Seringal Espinhara, que por apresentar Grau de Eficiência na Exploração quase inexistente, e após uma série de vistorias, essas terras foram objeto de desapropriação para fins de Reforma Agrária pelo Instituto de Colonização Reforma Agrária – INCRA. Foi planejado com capacidade para serem assentadas 126 famílias. Não obstante, até o final de sua oficialização, foram assentadas 132 famílias, que é o número que passa a valer de modo oficial.

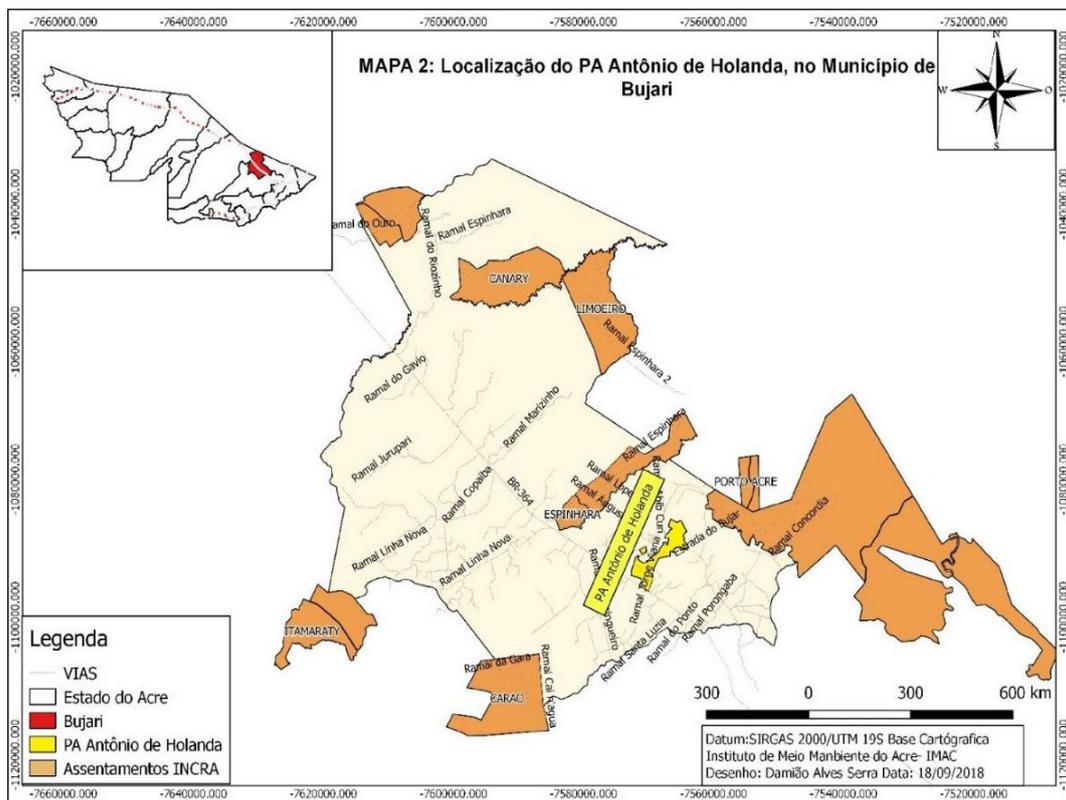
Significativa parcela das famílias desse projeto de assentamento não são as mesmas do processo de ocupação. Tal situação deu-se mediante as barreiras que foram sendo impostas pelo próprio Estado, que simplesmente assentou as famílias na localidade, e não vêm prestando assistência técnica e social devida aos agricultores (as).

O segundo assentamento estudado, é o PA Antônio de Holanda, conforme mostrado através da Figura 2, é um dos treze assentamentos do município de Bujari. A área corresponde a 2.422ha (dois mil quatrocentos e vinte e dois hectares), que pertencia à Fazenda Vista Alegre. Por intermédio das pressões dos movimentos sociais locais - como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bujari (STTR) - foi adquirido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através da portaria número 40, de 23 de dezembro de 2009.



Fonte: SERRA, Damião Alves.

Figura 1. Localização do PA Espinhara II, no município de Bujari – AC.



Fonte: SERRA, Damião Alves.

Figura 2. Localização do PA Antônio de Holanda, no município de Bujari - AC.

A priori, a localidade foi denominada de PA Bujari, posteriormente, substituída por PA Antônio de Holanda, como forma de homenagear um trabalhador rural pioneiro no município. O assentamento fica localizado à margem direita da BR 364 km 37, distante cerca de 07km da sede do município.

As unidades de produção familiar dos PAs rurais Espinhara II e Antônio de Holanda, no município de Bujari, possuem como agentes sociais modeladores do espaço as colonheiras e colonheiros que ali residem. O modo como permitem ser tratadas (os) chama bastante atenção: colonheiras (os). Quem seriam as (os) colonheiras (os)? De modo breve, podemos dizer que se trata de uma subcategoria que se encontra inserida dentro do campesinato amazônico-acreano que vem sofrendo algumas variações no tempo e no espaço.

O vocábulo trata de agentes sociais que possuem uma íntima relação com a terra e sua atuação efetiva-se através da produção agrícola para a autossustentação, com a mão de obra exclusivamente familiar. A organização mais comum encontra-se associada à relação casa, roçado e comercialização. Assim, a casa representa o local de consumo da produção familiar e coletiva, além de seu lugar de segurança, o roçado representa o espaço de produção e trabalho, e a feira a comercialização do excedente produzido.

A feira é o local onde mulheres e homens comercializam o excedente da sua produção no lote. No entanto, é importante esclarecer que:

embora a produção se destine, em grande parte, para o autoconsumo, não se trata unicamente de produção de alimentos; por outro lado, não se trata de vender o que sobra do consumo, mas sim de realizar uma produção voltada para o mercado com a terra, a mão-de-obra e os meios de trabalho subtraídos da produção para a subsistência (OLIVEIRA, 2017, p. 10).

Nesse contexto, ao realizarmos as atividades de campo para o desenvolvimento desta pesquisa, e ao visitarmos variadas literaturas que nos deu embasamento teórico, conseguimos visualizar que o campesinato se encontra vivo, produtivo, resistente e com novas configurações.

Nesse sentido, é também importante considerar que o “campo” não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores (as). Assim, “não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (CARNEIRO, 1997, p. 53).

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPESINATO**

Apesar das muitas discussões que giram entorno das modificações que o campesinato tem sofrido ao longo da história, no decorrer desse estudo, este passa a ser entendido como uma classe social precedente às demais e que veio paulatinamente se reestruturando. No entanto, sem perder o seu sentido original.

As denominações que lhe são atribuídas são várias (cultivador (a) de pequena propriedade, posseiro (a), lavrador (a), cultivador (a) que trabalha a terra, colono (a) e por aí segue). Tais

variações são importantes de ser analisadas para que possamos enxergar que o campesinato possui grande capacidade de resistência. E, portanto, encontra-se associado a diferentes formas sociais que surgem a partir de fatores histórico-geográficos dos diferentes lugares.

O surgimento de arranjos campesinos iguais a estes só reforça o que afirmou Teodor Shanin *apud* MOURA (1986, p. 17), “se os camponeses continuam existindo nos dias de hoje é provável que continuem existindo por muito tempo”. A importância desta afirmação reside no fato de que a possível erradicação do campesinato pela organização capitalista que domina diferentes organizações sociais espalhadas pelo mundo encontra-se longe de efetivar o seu propósito.

Visando ampliar essa discussão e entender o campesinato enquanto classe, faz-se necessário, primeiramente, compreendermos o sentido original da palavra classe. Bourdieu (2001, p. 136) enfatiza que se refere a:

conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocamos em condições semelhantes sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo práticas e tomadas de posição semelhantes.

Conforme a definição apresentada por Bourdieu, apreendemos que diz respeito a camadas sociais que lutam por seus interesses cotidianos. Logo, contribui para a produção dos espaços sociais. Mas prender-se a uma única definição de classe seria limitar-se. Todavia, compreendemos que esta vai muito além do que pode ser contemplado nas palavras do autor, o que pode perpassar o aparente e o visível.

Silva (2005) busca entender onde caberiam estes sujeitos sociais (camponeses). Assim, tece algumas reflexões embasado em clássicos como Marx e Lênin, para mostrar a condição de classe que era dada ao campesinato. De tal modo, afirma que “o camponês tinha uma situação indefinida, podendo ser visto tanto como parte da classe trabalhadora como dos proprietários de terra, pois ele incorpora esta dupla condição social (não produzia a mais-valia) (SILVA, 2005, p. 101).

Em seguida, o autor admite que “como conceito analítico, uma classe social, na realidade, não expressa uma homogeneidade e tampouco está livre de contradições e conflitos internos” (idem). Assim, não podemos considerar o campesinato de modo uniforme, pois é preciso compreender que, em seu interior, encontram-se inseridas subcategorias bastante peculiares.

Ao se referir a Marx e Lênin, Silva explica que estes analisam a classe enfocando as suas divisões, como, por exemplo, o campesinato rico, médio pobre, ou ainda servil, o que constituiria uma heterogeneidade de classes em si. No entanto, no decorrer dos processos de luta, findam aflorando a condição de luta para si. Conseguimos compreender essa questão ao analisarmos uma manifestação que vise à melhoria na trafegabilidade dos ramais de uma dada localidade por exemplo. Sabemos que aquela estrada passa pela propriedade de diferentes categorias sociais (ribeirinho, seringueiro, colonheiro, e outros), que constituem classes em si, entretanto, ao se unirem ao processo de luta para si, estas se uniformizam e passam a integrar um único grupo.

Nesse sentido, é necessário que fiquemos atentos para que não se confunda a luta dos fazendeiros com a dos colonos. Assim, buscando ampliar a discussão sobre a importância de cada categoria social, vejamos o exemplo a seguir sobre o movimento feminista. Embora a importância dos feminismos como movimento social seja inegável para luta por igualdade das mulheres, é preciso pensar que cada uma dessas mulheres é atravessada

por inúmeros marcadores sociais (raça, classe, geração, identidade de gênero, sexualidade e etc..) que as colocam em diferentes posições sociais e orientam suas reivindicações daquilo que acreditam ser necessário em uma sociedade.

Por esse motivo, as pautas dos movimentos feministas hegemônicos, em geral liderados por mulheres brancas de classe média, refletiam os anseios de seus lugares sociais e, mais do que isso, durante muito tempo, foram entendidos como reivindicações que diziam respeito a todas as mulheres indistintamente. Com isso, viveram durante um longo tempo com a ideia da existência da mulher como um sujeito único independente de suas experiências e lugares de fala na sociedade.

A partir dessa perspectiva, seria imaturo tratar a categoria social colonheira detectada no interior desses assentamentos rurais visitados como simplesmente camponeses (as). Esse seria uma forma de invisibilizar uma nova configuração do campesinato representada por esse esse grupo tão peculiar.

Ampliando as discussões que giram entorno do campesinato, Moura (1986, p. 17-18) diz que “é mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista. Nem mesmo nas sociedades socialistas, é possível falar numa abolição do trabalho familiar camponês”. Portanto, faz-se necessária a expansão das discussões que não excluam essa classe tão importante que tanto já contribuiu e contribui para o abastecimento da mesa das sociedades urbanas.

Nessa perspectiva, uma das melhores formas de compreender as bases das discussões que, ao longo do tempo, foram difundidas sobre o processo de modelagem, criação e recriação do campesinato é consultando algumas obras de autores clássicos do mundo rural. Assim, podemos observar e compreender o modo como estes têm conduzido as discussões referentes a essa classe.

Os teóricos Kautsky e Chayanov, cada um em seu tempo, dão suas contribuições, principalmente sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e a resistência camponesa frente a esse processo. Ao se posicionarem diante dos fatos, elaboram teorias e concepções do campesinato, que deixaram influências muito marcantes. Karl Kautsky, ao escrever a obra “A Questão Agrária”, publicada em 1899, busca analisar a influência do capitalismo sobre a agricultura e as mudanças que estavam ocorrendo no campo no final do século XIX e imagina como ficaria o campesinato frente a esse processo.

O estudioso defende a ideia de que a grande propriedade é superior tecnicamente à pequena propriedade e tem como causa a penetração do capitalismo no campo e como consequência a “industrialização da agricultura”. Defende que as grandes propriedades são campo fértil para o desenvolvimento do capitalismo e que, com a sua expansão, a tendência é que as pequenas propriedades diminuam ou desapareçam.

Como podemos notar, o estudioso não é nada otimista com a continuidade das atividades camponesas frente ao avanço massivo do capitalismo. No entanto, ainda que os efeitos da expansão capitalista sobre o campo com a sobreposição das grandes propriedades em detrimento das pequenas, generalização da lógica do processo de trabalho intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam ser tratados com negligência. É precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo.

Mais adiante, no decorrer de sua obra, Kautsky é ainda mais enfático, e menciona algumas das consequências dos possíveis desequilíbrios que poderiam ser trazidos pela produção capitalista para os (as) camponeses (as), ao serem inseridos nesse sistema, conforme o seu entendimento:

[...] o processo de integração indústria-agricultura, o extermínio ou diminuição da pequena produção camponesa, o surgimento de manufaturas e objetos industrializados para a produção agrícola, o aumento do êxodo rural, aumento de empregos nos centros urbanos que oferecem melhores remunerações e melhores condições de vida. (...) quanto mais esse processo avança mais se dissolve a indústria doméstica e mais aumenta a necessidade de dinheiro para o camponês, ou seja, a obrigação cada vez maior do camponês em ter capital para realizar suas atividades. Esse processo determina um novo ritmo na vida do camponês (KAUTSKY, 1972, p. 26).

Assim, o autor apresenta como passariam a se organizar o modo capitalista no campo e a possível subordinação e expropriação do camponês. Evidencia que, nesse contexto de envolvimento com o sistema capitalista, o camponês deixaria de ser quem ele é, e se tornaria apenas um agricultor voltado para a produção do mercado, ficando dependente de atributos que antes não tinha contato e, na maioria das vezes, deixaria de ser o ator principal do seu processo de produção, tornando-se um funcionário parcial da “fábrica”.

Geralmente, os autores que defendem a desintegração do campesinato esquecem-se, muitas vezes, de levar em consideração o fato de que nenhum grupo social jamais permaneceu estático no tempo e no espaço sem que caminhasse rumo a um processo de ressignificação. Por isso, busca meios para atender os seus desejos e necessidades frente a uma sociedade que se modifica a cada dia. Nesse sentido, não podemos perder de vista o fato de que uma reconfiguração dentro de uma determinada classe não é elemento suficiente para que haja uma perda identitária. A manutenção das tradições culturais camponesas não é incompatível com a modernização da sociedade que deve ser encarada apenas como uma nova fase, com novas estratégias de sobrevivência, que pode incluir o que anteriormente era tido como “tradicional” e “atrasado”.

Moura (1986, p. 69) diz que:

o campesinato tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias que sugere imediatamente características de sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes, de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político.

De tal modo, observamos que essa conceituação adentra como uma ferramenta de sustentação da resistência camponesa, que se propaga no tempo e no espaço e desestabiliza discursos tendenciosos que ainda insistem em desconsiderar a cultura e o modo de vida camponês como capazes de se reestruturar.

É preciso levar em consideração ser perfeitamente possível o camponês empregar novas técnicas de cultivo, de ferramentas e de coleta, sem que tais práticas sejam vistas como uma desintegração ou perda de identidade. Afinal de contas, ela nunca será perdida, mesmo que este saia do campo e passe a viver no meio urbano. Se o (a) camponês (a), atualmente, pode cortar uma árvore com um motosserra, para fazer lenha, não há a necessidade de fazer o uso do machado, que dependerá de maior esforço físico e tempo.

Por realizar tal prática, estaria o (a) camponês (a) deixando de ser quem sempre foi? A resposta é não. Até mesmo aquele (a) camponês (a) que saiu de seu habitat e foi morar nas cidades, certamente, continuará desenvolvendo algumas das práticas agrícolas anteriormente exercidas: criar galinhas, plantar macaxeira no quintal, fazer uma horta, e uma série de outras atividades que o limitado quintal comportar. Tudo isso porque

o campesinato encontra-se enraizado em suas práticas cotidianas, constituindo sua identidade, sentimento de pertença e afetividade.

Embora, no decorrer da obra, Kautsky admita a superioridade da grande empresa agrícola, não nega também o processo de diferenciação social do camponês e deixa clara a possibilidade de sobrevivência da pequena empresa familiar, sobretudo se esta for capaz de se associar e cooperar. Nessa perspectiva, sugere que os camponeses se organizem em ligas, ou em organizações coletivas, pois acredita que somente uma organização socialista da produção com uma forte organização social pode enfrentar o capitalismo agrário (KAUTSKY, 1972).

Reforçando as evidências de que o campesinato se encontra longe de ser extinto ou de se desintegrar, Alexandre Chayanov (1974), em sua obra intitulada “*La organizacion de La unidad campesina*” (*A organização da Unidade Econômica Camponesa*), publicada no ano de 1925, evidencia e caracteriza as peculiaridades do campesinato. Assim, sublinha o núcleo familiar e o balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica como elementos centrais do campesinato.

Diferentemente de Kautsky, Chayanov não parte do princípio da subordinação dos camponeses pela renda da terra e de sua inserção na dinâmica capitalista. Parte da necessidade de consumo, de subsistência da família para entender o trabalho camponês. No caso da comercialização do excedente produtivo camponês, onde possivelmente reside a sua “subordinação”, esta é considerada “marginal” em sua compreensão.

A teorização do autor encontra-se pautada em estudos realizados nas economias de produção familiares russas, em meados do século XX. Assim, parte do princípio de que a família trabalha para atender as suas necessidades fundamentais juntamente com seus membros e em último plano para acumular riqueza. Desconsidera que a unidade econômica camponesa seja capitalista, pois, em seu interior, reside a ausência de mão de obra assalariada.

Para ele, trata-se de um modo de produção por suas características estarem aliadas à força de trabalho familiar, unidade econômica camponesa, pequena propriedade como local de produção e atividades. A própria família é a responsável por produzir o seu meio de produção, às vezes, por diferentes fatores, alguns membros da família se veem obrigados a empregar a sua mão de obra em atividades não agrícolas para garantir o sustento da família, o que é popularmente mais conhecido como os “bicos”.

Desse modo, a atividade econômica camponesa não se assemelha à de um empresário rural, o qual investe seu capital, recebendo uma diferença entre a entrada bruta e os gastos gerais de produção, gerando lucro. Mas sim, apenas uma simples remuneração que o permite determinar o tempo e a intensidade do trabalho (CHAYANOV, 1974).

Nessa conjuntura, “pensar o campesinato como classe social do campo supõe compreendê-lo como parte de um todo que é a sociedade nacional, portanto, como classe de dentro das contradições do capitalismo” (OLIVEIRA, 2017, p. 08). No entanto, não podemos tratar uma classe social enquanto conceito analítico de modo homogêneo e livre de conflitos e contradições em seu interior. Tais definições variam no tempo e no espaço, de modo muito peculiar a cada realidade e contexto vividos.

Silva, ao analisar a resistência camponesa na Amazônia-acreana, afirma que “ao conceber o campesinato como uma classe social, podemos falar de *categorias sociais*, camponeses que se especificam a partir de sua identidade no âmbito de sua reprodução socioespacial na Amazônia” (SILVA, 2005, p. 103).

Desse modo, são abertas outras possibilidades para que possamos apreender outros níveis de conflitos e lutas que se processam internamente a uma classe social. Nesse caso, interessa-

nos a realidade do campesinato que se propaga na Amazônia-acreana, mais especificamente nos assentamentos rurais do município de Bujari selecionados para este estudo.

## A (O) COLONHEIRA (O)

É importante reforçar que o campesinato **persiste**, e por isso continua com seus mecanismos de sobrevivência, pautado em práticas agrícolas, na cooperação entre os membros familiares (o que é o seu grande diferencial). **Resiste** às pressões do grande capital que possui como propósito central extinguí-lo, substituindo suas práticas de cultivo e cooperação por uma cultura de alta produção e acúmulo. Assim, o campesinato também **ramifica-se** através de seu auto poder de expansão, adaptabilidade e reconfiguração, contudo, sem perder a sua essência.

Nesse sentido, Carneiro, complementa que:

Essas contribuições são importantes, ao apontarem para a alternativa metodológica de não congelarmos o conceito de “camponês” no modelo medieval, como uma categoria social estática e universal, incapaz de absorver e de acompanhar a dinâmica da sociedade em que se insere e de se adaptar às novas estruturas sem, contudo, abrir mão de valores, visão de mundo e formas de organização social definidas em contextos sócio-históricos específicos (CARNEIRO, 1997, p. 55).

Na perspectiva de novas configurações do campesinato, expandimos as nossas discussões entorno de uma subcategoria, que assim como diversas outras, também é parte integrante do campesinato, trata-se do (a) colonheiro (a).

Ao consultarmos o Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos, utilizados no mapeamento sistemático do Brasil/IBGE (2015), encontramos uma definição que contempla (a grosso modo) a forma como queremos que seja entendida a utilização do termo colônia nesse estudo.

Assim, temos o termo **colônia agrícola** que é definido como tipo de colônia voltada para atividades agrícolas. Nesse caso, o colono/colonheiro (a) amazônico-acreano é o indivíduo que habita e desenvolve suas práticas em tais contextos. No entanto, o termo colônia passa a ser empregado como um cunho regional que se origina meio ao processo histórico-geográfico da exploração da borracha em território acreano.

Os registros apontam que entorno dos anos de 1870/1877 começa a se intensificar uma migração nordestina para o Acre e a formação dos primeiros seringais. De tal modo, em um primeiro momento, período este em que os seringais acreanos encontravam-se no ápice da produção de borracha, os seringueiros (as) eram obrigados (as) a se dedicarem exclusivamente à extração do látex. Assim, eram completamente proibidos de realizarem práticas agrícolas, pois esta representava perda de tempo e diminuição de lucros para o patrão.

Após a superprodução asiática, uma aguda crise da borracha se instalou no Brasil em meados dos anos de 1914. “Diante desse contexto, as “ondas migratórias” de nordestinos tiveram que fazer o “caminho de volta” e os que não conseguiram retornar aos seus locais de origem, dirigiram-se para as capitais de Belém, Manaus e Rio Branco” (BEZERRA, 2006, p. 103). Mediante tais fatos, foi necessário pensar em alguma estratégia de sobrevivência das pessoas que pretendiam continuar morando nessas capitais. “A perspectiva que se configurou foi o surgimento de **colônias agrícolas** no entorno de Rio Branco para melhorar

o abastecimento desta” (ibidem). Convém lembrar que a criação de Colônias Agrícolas por decreto federal só ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, décadas de 1950 e 1960, no entanto, as colônias agrícolas já se contituíam realidade na Amazônia-acreana.

Posteriormente, as idas e vindas, em um segundo momento conhecido como a “*batalha da borracha*”, que visava aumentar a produção do produto para ser utilizado na guerra, em meados de 1942, foi realizada uma mobilização nacional, visando angariar mão de obra para a Amazônia. As primeiras levas de trabalhadores (as) que chegaram na região se tratava de nordestinos que viam a oportunidade de fugir da estiagem que assolava a região.

“Diferentemente da anterior, esta foi uma migração familiar impulsionada pelo desejo do nordestino de encontrar uma terra para viver, pois a seca não lhe dava outra opção” (ibidem). É importante lembrar que, a partir de 1943, os migrantes trazidos para a Amazônia eram provenientes de diferentes cidades do Brasil e não somente do Nordeste.

Depois do fim dos acordos de Washington e saída final dos americanos da Amazônia, a economia do Acre entra novamente em depressão, culminando na desativação dos seringais, e os extrativistas são deixados à mercê da própria sorte. Nesse contexto de crise social, estabelecia-se a necessidade da implantação de uma política agrícola no território por parte do governo que não somente atendesse aos “arigós” desempregados em Rio Branco em busca de mecanismos de sobrevivência. Mas também visava superar a dependência econômica do Acre ao mercado de Belém e Manaus e produtores do sul do Brasil que abasteciam as casas de comércio localizadas no 2º Distrito.

Foi nessa perspectiva de busca por alternativas que o governo de José Guimard dos Santos, através do Departamento de Produção, cria as **colônias agrícolas**, desapropriando em um período inicial as terras do Seringal Empresa. Seu plano estabelecia:

- a) cessão de terras aos seringueiros que retiravam do seringal, alguns até com rumo ao nordeste e que aqui ficaram pela facilidade na obtenção de sua pequena propriedade – graças ao loteamento do antigo seringal Empresa; b) auxílio, inclusive com gêneros alimentícios nos primeiros meses, na fase de instalação, aos colonos mais necessitados; c) revenda de material agrário, pelo custo e para pagamentos mesmo com os produtos agrícolas; d) assistência social com a instalação de escolas rurais nas colônias, não somente para o ensino primários dos menores, como também para a alfabetização dos colonos adultos; e) abertura de pequenas estradas rurais, facilitando o transporte para o mercado local, embora esse transporte, reconhecemos, seja ainda bem precários; f) assistência médica, cessão de mudas de sementes, instalação de usinas de beneficiamentos de produtos e utensílios para a confecção de farinha (MAGALHÃES, 1949, p. 19-20).

Essa estratégia buscava não apenas alocar em assentamentos aqueles que retornaram da Batalha da Borracha. Mas, de fato, com o regime da propriedade rural, fazer com que essas pessoas despertassem o interesse em se tornarem proprietárias do lote e pudessem formar um patrimônio juntamente com a sua família.

Assim, o (a) migrante nordestino (a) e de diferentes cidades do Brasil foi sendo “brotado (a)” nos moldes camponeses como legado histórico da sua condição de vida que trouxeram de seus espaços de vivências. De tal modo, podemos apreender que essa política não representou apenas a criação de colônias com o desenvolvimento de diferentes práticas agrícolas de criação de aves, suínos, bovinos, peixes e agricultura, mas representou toda a construção de uma identidade colona (colonheira) e todo um legado histórico cultural.

De tal modo, o que surgiu a partir de uma estratégia de sobrevivência passa a consolidar uma identidade que agora é irrigada pelo sentimento de pertença por aqueles (as) que residem nas colônias agrícolas, e assim, passam a serem chamados de colonheiros (as). Desse modo, essa geração, que surgiu posteriormente em tais moldes, assume essa identidade até os dias atuais. Não se trata, portanto, o campesinato, de “reliquias” históricas feudais ou pré- capitalistas, mas sim de um segmento social que traz características de arranjos humanos e sociais específicos, (SILVA, 2005, p. 104-105).

Assim, com seus aspectos peculiares, seringueiros (as) e colonheiros (as) amazônico-acreanos (as) têm trabalhado no decorrer da trajetória histórica e atual da construção da sociedade acreana. Em seu processo de modelagem, enquanto sujeitos sociais e históricos, ora se distanciam (no decorrer da diversidade de identidades socioculturais e nas práticas de trabalho), ora se aproximam (nas tradições familiares-comunitárias e nas relações de sobrevivência onde buscam alternativas produtivas de resistência) e assim, constituem um rol amplo e diverso da identidade camponesa.

Na busca de associar a teoria com a prática, fez-se necessário irmos a campo. Assim, no decorrer das entrevistas, encontramos relatos como o de dona Antônia (61 anos) que, ao ser perguntada sobre como se define no contexto rural, responde:

Eu me defino uma pessoa colonheira que trabalha na área rural né? eu sou colonheira mesmo. Uma pessoa que mora na zona rural, plantadora de macaxeira (risos), que faz farinha, tira goma, cria, eu gosto muito de criar, eu tenho sorte de criar, vendo aqui e acolá. Pra mim eu nunca senti preconceito por ser colonheira eu não sinto não fie por que eu nasci e me criei no interior, na mata. Eu gosto de mata. Eu sinto uma coisa tão maravilhosa aqui, eu nunca me acostumei com a cidade. (Antônia Lima (61 anos, novembro de 2018. PA Espinhara II).

Não diferente de dona Antônia, a trabalhadora rural Zenaide também não nega a sua identidade e complementa:

Eu tenho orgulho de ser colonheira. Tem gente que diz que não é colonheiro. Eu digo maninha as coisas que a gente come é da colônia, se os colonheiros não plantar, os que estão lá na cidade não comem. Porque é nós que somos colonheiros que produz. Eu tenho orgulho de ser colonheira. Ser uma mulher colonheira é ser essa mulher que tem coragem, eu acho que é uma vencedora né? de trabalho é de tudo, (Zenaide, 64 anos, novembro de 2017).

Nos relatos, nas visitas não é comum os (as) moradores (as) quererem justificar a origem de uma identidade colonheira, porque eles (as) não veem motivo para isso, simplesmente se identificam de tal modo. E isso se deve pelo fato de se tratar de algo tão enraizado que constitui o seu existir. Trata-se do seu modo de vida. Assim, é nítida a presença da topofilia, ou seja, o sentimento de pertença ao lugar e a vida que leva. Em outras palavras, é o seu modo de vida que as definem como colonheiras (os).



Fonte: MESQUITA; NASCIMENTO SILVA, Bujari – Acre, 2017.

**Figura 3.** Colonheira Neci do PA Espinhara II em sua Horta Orgânica.

Na figura acima, encontra-se a colonheira Neci nogueira que entusiasmada com o seu lugar nos leva para visitar um de seus espaços preferidos do lote: a sua horta orgânica com grande variedade de verduras. Em conversa, relata que não se vê morando na cidade e nem em nenhum outro lugar que não seja a sua colônia. “No dia em que eu morrer, quero ser enterrada aqui na minha colônia” (Neci, moradora do PA Espinhara II em Bujari).

Algumas das características importantes da relação entre as pessoas e os lugares é justamente a construção de significados e sentidos que possibilitam a transformação de espaços em lugares, como já afirmou Tuan (1983). A relação pessoal de experienciar os espaços os quais remetem à ideia de amplidão, movimento e liberdade e os lugares os quais se relacionam com a ideia de segurança, estabilidade e proximidade configuram uma solidez muito importante no processo de apropriação e significação dos espaços para essas pessoas.

Bollnow (1969, p. 245), recorrendo ao raciocínio de Heidegger, coloca que “o ser humano tem que primeiramente habitar, ser humano significa habitar.” Partindo desse pressuposto, “vemos então que a colocação, o lote ou a colônia, para o (a) camponês (a) amazônico-acreano, como unidade geográfica da sua vivência, é mais que um espaço vital, - é o *locus* de sua moradia e símbolo territorial do seu “existir” (SILVA, 2011, p. 89). Portanto, podemos dizer que a identidade colonheira se institui a partir de significações que se inserem na diversidade histórico-geográfica que apresenta a Amazônia-acreana.



Fonte: MESQUITA; NASCIMENTO SILVA, Bujari – Acre, 2017.

**Figura 4.** Colonheira Simone do PA Antônio de Holanda em seu roçado de macaxeira e banana.

Na figura temos a colonheira Simone 43 anos, moradora do PA Antônio de Holanda desde a abertura do assentamento que nos relata: “gosto muito daqui da minha colônia, me sinto muito mais feliz aqui do que quando eu morava na cidade, aqui no meu canto eu tenho paz.” Mediante todas as conversas com essas mulheres algo muito marcante foi o apego ao lugar.

Nesse caminho, também compreendemos que em meio a essa pluralidade que representa o campesinato, não podemos tratá-lo de modo homogêneo, por visualizarmos a existência de subcategorias sociais inseridas dentro da categoria social maior que é o campesinato. Ou seja, faces diferentes do campesinato brasileiro que agora se instituem na Amazônia-acreana.

Dessa forma, a identidade desses sujeitos vem sendo construída sob realidades espaciais e temporais distintas, o que nos leva a compreensão do surgimento de outras identidades, como é o caso da colonheira, constatada no decorrer dos trabalhos de campo para este estudo. Assim, o que do ponto de vista econômico representou um caos com a decadência da borracha, onde foi necessária a formulação de estratégias de sobrevivência para os que não conseguiram deixar a Amazônia-acreana, para os que ficaram, representou a oportunidade de uma nova vida, local de morada, território e espaço de vivência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi o nosso propósito tentar esgotar as discussões que giram em torno do campesinato, mas de apresentar algumas noções frente à tamanha diversidade. Assim, não podemos negar que este vem sofrendo grandes transformações no tempo e no espaço. No entanto, é perceptível que essas mudanças não foram suficientes para que pudesse abalar a identidade camponesa. Pelo contrário, as novas experiências engendradas contribuíram

para criar uma diversidade social e cultural, que é também condição de existência da sociedade na medida em que alimenta as trocas e amplia as redes de relações sociais.

No caso amazônico-acreano, os nordestinos vindouros de uma zona árida, castigada pela seca, ao se depararem com outra dificuldade, o declínio da extração do látex, passam a resgatar os seus saberes campesinos de seu local de origem. Então, o que surgiu, a partir de uma estratégia de sobrevivência, passa a consolidar uma identidade que agora é irrigada pelo sentimento de pertença por aqueles (as) que residem nas colônias agrícolas, e assim, passam a ser chamados de colonheiros (as). Nesse sentido, seria possível trabalharmos com a possibilidade de uma perda identitária?

A resposta parece bem óbvia. A heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, não provoca obrigatoriamente a descaracterização da cultura. Quando aceita pela comunidade, a diversidade assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com o novo.

Os argumentos levantados orientam-nos na direção de considerar o campesinato não mais como uma realidade empiricamente observável, mas como uma representação social, definida culturalmente por classes sociais que desempenham atividades não homogêneas.

Nessa perspectiva, entende-se que a expansão do capitalismo e as transformações por ele engendradas no campo não implicam obrigatoriamente a descaracterização das culturas locais, ou tradicionais, mas a redefinição ou reelaboração de práticas e códigos culturais, a partir da relação de alteridade com o que é reconhecido como “de fora”, de maneira a poder consolidar a identidade local com base no sentimento de pertencimento a uma dada classe. Além disso, supõe-se que a lógica de existência do grupo sustente-se em um conjunto de valores tidos como identitários e que serve para distingui-los dos demais.

## NOTA

4 Doravante, empregaremos PAs.

## REFERÊNCIAS

- BEZERRA, M.J. **Invenções do Acre**: de território a estado: um olhar social. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - PPGH/IFLCH/USP, São Paulo, 2006. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11072007\\_105457/publico/TESE\\_MARIA\\_JOSE\\_BEZERRA.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11072007_105457/publico/TESE_MARIA_JOSE_BEZERRA.pdf). Acesso em: 19 mar. 2020.
- BOLLNOW, O.F. **Hombre y espacio**. Tradución de Jaime Lopez de Asiain y Martin. Barcelona: Labor, 1969.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CARNEIRO, M.J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 35., 1997, Natal. **Anais [...]**. Natal, 1997.
- CHAYANOV, A. **La organizacion de La unidad campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974 (1925).
- CRUZ, T.A. **Mulheres trabalhadoras rurais em movimento**: uma história de resistência: Vales do Acre em Médio Purus, 1988-1998. Rio Branco: EdUFAC, 2010.
- IBGE. **Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88835\\_v2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88835_v2.pdf). Acesso em: 16 abr. 2019.

- INCRA. **Titulação**. 2018. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/titulacao>. Acesso em: 31 out. 2018.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972 [1899].
- LENIN, V.I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Debates Editora, 1980[1899].
- LENIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1918].
- LÊNIN, V.I. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1899].
- MAGALHÃES, V.C. **Relatório do departamento de produção**. Rio Branco, 1949.
- MARX, K. El campesinado como clase. In: SHANIN, T. (org.). **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, A.M. O campesinato como classe social do campo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA-SINGA, 8.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA GT 1, 9. 2017, Curitiba-PR. **Anais [...]**. Curitiba-PR, 2017. Tema: Geografia das redes de mobilização social na América Latina. Disponível em: [https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt01\\_1505409314\\_arquivo\\_textosingafinal2017.pdf](https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt01_1505409314_arquivo_textosingafinal2017.pdf). Acesso em: 19 mar. 2020.
- SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, v. 16, n. 1, p. 31-63, 1992. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6465>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- SILVA, S.S. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário**: uma análise a partir da realidade amazônico-acreana. Rio Branco: EDUFAC, 2011.
- SILVA, S.S. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. Tese (Doutorado em Geografia) - PPGG/FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2005.
- TUAN, Y.F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Rio de Janeiro: Difel, 1983.